

ILUSTRÍSSIMO SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO INST.FED.SUL R.GRANDENSE

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 44/2014

PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente estabelecido na Rua Dr. Álvaro Costa, na cidade de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º 10.439.655/0001-14, por seu representante legal infra assinado, vem, baseado na legislação, em tempo hábil, à presença de Vossa Excelência a fim de

IMPUGNAR

os termos do Edital em referência, que adiante especifica, o que faz na conformidade seguinte:

I – DOS FATOS

Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se com a ausência de exigência do alvará emitido pelo Gsvg – Brigada Militar conforme legislação municipal.

III – DA OBRIGAÇÃO DE EXIGIR O ALVARÁ EMITIDO PELO GSVG – BRIGADA MILITAR

Está previsto na Lei 14.133/21 a exigência de atendimento previsto em lei especial:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

Conforme Decreto Estadual 32.162/86 e Lei Estadual 8.109/8 é de competência do Grupo de Supervisão de Vigilância e Guardas (GSVG) da brigada militar emitir alvará de autorização para empresas de segurança assim consideradas pelo Art. 11 da Portaria nº 96/EMBM/2001:

VIII – DOS SERVIÇOS PRÓPRIOS DE SEGURANÇA

Art. 11 – Serviços Próprio de Segurança consiste em atividade exercidas no interior de estabelecimento ou propriedades por **Vigias, Porteiros** ou Assemelhados, do próprio quadro de funcionário, com ou sem equipamentos eletro-eletrônico de filmagem, para impedir ou inibir a ação criminosa contra o patrimônio.

Esse senão é a posição do TJRS por meio do processo Nº 70080570500 (Nº CNJ: 0028959-10.2019.8.21.7000):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO. AÇÃO DECLARATÓRIA. TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS. ATIVIDADE DE PORTARIA/ZELADORIA. SEGURANÇA PRIVADA.

O Departamento de Supervisão de Vigilância e Guardas (DSVG) foi criado pelo Decreto Estadual nº 35.593/94, tendo como uma de suas atribuições cadastrar, controlar e fiscalizar os serviços

de vigilância particulares, conforme se verifica do seu art. 2º, inc. IV.

Por sua vez, o Comandante-Geral da Brigada Militar, no uso de suas atribuições, editou a Portaria nº 96/EMBM/2001, da Secretaria de Justiça e da Segurança – Brigada Militar, que estabelece conceitos e procedimentos relativos aos serviços de segurança patrimonial e pessoal particular e assemelhados.

Os serviços de portaria e vigilância privada são considerados serviço de segurança particular e, por isso, submetem-se à fiscalização da Brigada Militar, através do Departamento de Supervisão de Vigilância e Guardas – DSVG, e ainda ao recolhimento anual da taxa respectiva para custeio do serviço de fiscalização e autorização – emissão de alvará de licença.

Assim, mostra-se cabível a cobrança da “licença e fiscalização, para funcionamento de organização de vigilância particular”, fundada no art. 3º da Lei Estadual nº 10.991/97, que estabelece a competência da Brigada Militar para atuar na fiscalização e controle dos serviços de vigilância particular no Estado.

APELO DESPROVIDO.

Data de Julgamento: **24-04-2019**

Por conseguinte, a obrigação de portar o citado alvará de funcionamento às empresas de serviços de portaria é inarredável, impondo-se, portanto, a alteração do instrumento convocatório neste tópico.

De maneira similar o pregão 47/2023 desta instituição já consta a obrigatoriedade:

Quadro informativo

Pregão Eletrônico N° 47/2023 (SRP) (Lei 14.133/2021)

UASG 158126 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE ?

| Avisos (2) | Impugnações (0) | Esclarecimentos (3) |
|------------------|-----------------|--|
| 26/12/2023 10:13 | | Solicitamos esclarecimentos referente ao processo licitatório em tela. 1) Está correto nosso entendimento de que a planilha de custos e formação de preços será solicitado |
| 26/12/2023 10:05 | | Em relação à qualificação técnica do Pregão 47/2023 - Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de vigia, com fornecimento de material e equipamentos necessários para execução dos serviços, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra - questiona-se a necessidade de exigência de GSVG. Para a PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGIA é obrigatória a exigência de Certidão de Regularidade expedida pelo GSVG. Tratando-se de contratação específica para postos de vigia, notoriamente as empresas participantes têm conhecimento do conselho e órgão de fiscalização no qual estão subordinados, de modo que o edital prevê, em seu item 8.25. 8.25 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. Diante do exposto e a fim de esclarecer, diante da legislação cogente com a obrigatoriedade de apresentação da certidão, será cobrada Certidão de Regularidade expedida pelo GSVG |

IV – DO PEDIDO

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito para:

1. Inclui-se no edital a exigência de alvará vigente emitido pelo Gsvg – Brigada Militar
2. Determinar-se a republicação do Edital, devidamente corrigido, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme legislação.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.



Catia Lusía Fernandes Fagundes

Rio Grande, 05 de janeiro de 2024

